



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

O “desenvolvimento de comunidade” no Serviço Social em Pernambuco

Resumo:

O artigo apresenta notas históricas sobre assimilação do “Desenvolvimento de Comunidade” no Serviço Social em Pernambuco, durante os anos 1940-1960. Trata-se de um momento no qual germinam os condicionamentos da renovação profissional nessa particularidade. A pesquisa possui como fonte os documentos da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1971) e as monografias das suas alunas. Também foram analisadas teses, dissertações e artigos que possuem como tema o Serviço Social em Pernambuco e o Desenvolvimento de Comunidade. O texto está organizado em quatro eixos: a erosão da influência católica; a afirmação da hegemonia norte-americana; a profissionalização; e o adensamento dos espaços ocupacionais e dos processos interventivos.

Palavras-chaves: Serviço Social; Desenvolvimento de Comunidade; Profissionalização.

The "community development" in Social Work in Pernambuco

Abstract:

The article presents historical notes about assimilation of “Community Development” in Social Work in Pernambuco, during 1940-1960. It is a moment in which originate the conditioning of professional renewal in this particularity. The research has as source documents of Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1971) and monographs of its students. Theses, dissertations and articles possessing as theme the Social Work in Pernambuco and the Community Development. The text is organized on four thematic axes: The erosion of Catholic Church; the assertion of North American hegemony; the professionalization; and the densification of occupational spaces and interventional process.

Keywords: Social Work; Community Development; Professionalization.

1. Introdução

O artigo apresenta notas históricas sobre a assimilação do Desenvolvimento de Comunidade (DC) no Serviço Social em Pernambuco, durante os anos 1940-1960. Consiste num momento no qual germinam os condicionamentos da renovação profissional nessa particularidade. As notas estão direcionadas para o estágio em que ocorre a progressiva assimilação do DC no Serviço Social. Nosso interesse é a caracterização das transformações pelas quais passam o Serviço Social no processo dessa assimilação, considerando suas dimensões interventivas, corporativas, formativas, ideais, e os espaços ocupacionais.

Para tanto, foram um guia inicial de apropriação da realidade os documentos da antiga *Escola de Serviço Social de Pernambuco* (ESS/PE), as monografias desenvolvidas pelas alunas da ESS/PE entre os anos 1940-1970, as pesquisas e artigos que se debruçaram sobre essa história (BERNARDES, 2006; GOMES, 1987; VIEIRA, 1992; PADILHA, 2008; UFPE, 1985), além da bibliografia consolidada sobre o tema do DC e o Serviço Social em nível nacional (ABREU, 2008, CASTRO, 2000; IAMAMOTO e CARVALHO, 2005).

No texto que segue, nos dedicaremos a destrinchar os aspectos mais ou menos intrínsecos à caracterização do Serviço Social em Pernambuco. Consideramos subjacentes as condicionantes macroscópicas das metamorfoses do Serviço Social nos anos 1940-1970, em geral relacionadas: às novas relações de forças no imperialismo do pós-Segunda Guerra, conformadas, pelo *capitalismo tardio*, a ascensão da hegemonia norte-americana. Também são determinantes históricas: a transição industrial que marca a entrada do capitalismo no Brasil para o estágio dos monopólios, da industrialização restringida para a industrialização pesada, associadas aos câmbios na divisão social do trabalho internamente operantes e no aparelho do Estado; trata-se da fase de irrupção do capitalismo monopolista, no qual ocorre a reorganização do mercado e do sistema de produção, através de operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal e mista); a inserção desigual e combinada do Nordeste no estágio do capitalismo monopolista no Brasil, e ao metabolismo das lutas de classes e a conformação da “questão social” em âmbito latino-americano, nacional e regional, nos anos 1950-1970.

O DC (Desenvolvimento de Comunidade ou Desenvolvimento e Organização de Comunidade - DOC) surgiu no contexto de pós segunda Guerra Mundial, no qual os países centrais, com destaque para os Estado Unidos, recorrem às abordagens comunitárias como forma de ampla estratégia para criar condições políticas, administrativas e culturais favoráveis para integrar e dinamizar o capitalismo e o mercado latino-americano sob sua supremacia. Para isso, o DC aparece como uma área de intervenção social, um conjunto de técnicas e métodos, ou como um processo do Serviço Social, matizado especialmente pelo estrutural-funcionalismo norte americano e as colocações etapistas do pensamento desenvolvimentista. A obtenção dos resultados dos programas de desenvolvimento de comunidade exigia um elo entre as comunidades e o governo, baseado num trabalho técnico, realizado por profissionais de Serviço

Social e outras áreas, para estimular a participação comunitária (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005).

Ordenamos o tratamento do tema, aglutinando a exposição segundo os principais vetores de transformações pelas quais passam o Serviço Social na assimilação do Desenvolvimento de Comunidade em Pernambuco entre 1940-1970: a erosão da influência católica; a afirmação da hegemonia norte-americana; a profissionalização; e o adensamento dos espaços ocupacionais e dos processos interventivos.

2. Erosão da influência católica

Uma transformação que ocorre com a passagem do Serviço Social em Pernambuco para o DC é a gradual erosão da influência católica. Isso se expressou de maneiras diversas, tais como:

I- No desgaste da legitimidade do enfoque microscópico do Serviço Social de Casos, e sua progressiva subordinação às abordagens grupais e comunitárias;

II- Na gradual laicização das construções ideais de que se vale o Serviço Social para sua autojustificação e a mobilização de valores e normas do comportamento profissional e do público-alvo;

III- Na recondução que a própria Igreja opera em estratégias de atuação junto às populações, demandando a reconfiguração das ações tradicionais, através de sua abertura para a organização e desenvolvimento de comunidades, visando a renovação paroquial, após 1960, e, depois desses anos, numa modernização do próprio discurso da Igreja nos seus projetos de DC, em parcerias com instituições estatais e americanas;

IV- Associada a esse deslocamento da Igreja para as ações comunitárias de base paroquial, e a vinculação da Escola de Serviço Social nas seguintes negociações para sua federalização, rompe-se definitivamente com o poder católico na condução da formação; percebe-se aí a erosão da influência católica, que dizer, na medida em que a Igreja cedia o repasse da ESS/PE para a instituição universitária federal, perdendo seu poder nesse âmbito, abria um terreno de demanda profissional com enfoque nos movimentos de base, colocando para o Serviço Social um novo campo de atuação (organização comunitária nas áreas das paróquias) a seu serviço.

No caso do Serviço Social em Pernambuco, um indicador que ajuda a monitorar essa perda da influência católica são as metamorfoses dos requisitos para a formação de assistentes sociais. A ESS/PE foi fundada em 1940, pelo Juiz de Direito Rodolfo Aureliano, como consequência da III Semana de Ação Social de 1939, sendo extinta e incorporada à UFPE em 1971 – trata-se, portanto, da terceira Escola de Serviço Social criada no Brasil, precedida pela de São Paulo (criada em 1936) e a do Rio de Janeiro (criada em 1937) (PADILHA, 2008). Para a criação, seu fundador (e o grupo de apoiadores) contou com as orientações da *União Católica Internacional de Serviço Social* (UCISS), a primeira organização internacional de Serviço Social, criada em 1922, por iniciativa de Escolas católicas europeias (Bélgica, França e Alemanha). Tratava-se de uma organização com forte cunho católico, que, inclusive, gerou um movimento de reação que levou à criação da *Conferência Internacional de Serviço Social* (CISS) em Paris (1928). Organismo que passou a acolher assistentes sociais e Escolas, independente do credo religioso. De todo modo, o grupo de juristas, médicos e padres (ligados ao Juizado de Menores e ao Círculo Operário do Recife), fundador da ESS/PE, inscrevia-se na ala mais progressista da igreja (e mesmo leiga), com cariz humanista.

A tendência de fortalecimento dos conteúdos laicos e científicos na formação, ao lado do adensamento de componentes vinculados a abordagem comunitária, recebeu grande ímpeto com a aprovação do primeiro currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, em 1953-1954 (nas próximas sessões trataremos mais da padronização do ensino). Além de uma esterilização em face das disciplinas religiosas, existe, no currículo mínimo, a obrigatoriedade das disciplinas de *Introdução ao Serviço Social*, *Serviço Social de Casos* e *Serviço Social de Grupo*, na primeira série; a exigência da disciplina de *Organização de Social de Comunidade* (nas 2ª e 3ª séries), e de *Administração de Obras Sociais* (na 3ª série); ademais de um conjunto de outras cadeiras específicas (VIEIRA, 1992, p. 1145-146). Ao institucionalizar-se, a formação deixou de ter como componente obrigatório, constitutivo da profissão, a orientação católica. Com um currículo mínimo de caráter modernizador, a persistência dos conteúdos de natureza católico-doutrinária nas décadas seguintes dar-se-ia pela via do currículo pleno. A Escola de Pernambuco – que havia antecipado a adoção de alguns componentes – assume, já em 1953, esse novo currículo, embora garantindo a formação doutrinária, da formação plena, através das disciplinas de *Religião*, *Doutrina Social*, e de um *Seminário de Formação* com caráter de monitoramento moral-pedagógico (ver

VIEIRA, 1992, p. 147). Acrescente-se que outras disciplinas, após 1953, complementavam os temas da cadeira de *Organização Social de Comunidade*, como a de *Educação Popular*, *Cooperativismo*, *Sindicalismo*, as quais guardavam afinidade com outras como *Movimento de Educação de Base*, *Movimento de Cultura Popular* e *Serviço Social Rural*. Essas incorporações acompanham a movimentação política da época. Além das preocupações dominantes ao nível político, as mudanças no plano do curso atendem ao discurso tecnocrático no segundo lustro de 1960; por exemplo, com a inclusão das disciplinas *Administração em Serviço Social* e *Desenvolvimento e Serviço Social*, em 1967. Para conhecer todas as transformações nos componentes, a demanda de alunos e as diplomações, conferir Vieira (12, p. 156, p. 163-164).

3. Afirmação da hegemonia norte-americana

Em paralelo ao desgaste da influência católica, verifica-se a afirmação da hegemonia norte-americana, resultado do avanço do “pan-americanismo monroista” Castro (2002). Embora seu marco de arranque seja balizado pelo fim da Segunda Guerra, esse movimento hegemônico passou por diversos estágios, muito condicionado pelo ritmo das lutas de classe no continente latino-americano (com destaque para o marco da Revolução Cubana, que sinaliza a entrada de um estágio) e, na particularidade no Nordeste brasileiro (com destaque para a baliza da movimentação camponesa e da ascensão de governos reformistas, após meados de 1950, e da seguinte mobilização para inflexão desses movimentos, com as articulações para o Golpe de Abril e sua sustentação). Esse momento é marcado, em especial no final dos anos 1960, pela maior adesão da SUDENE, nas suas diretrizes, ao trabalho com comunidades, tentando engajá-las nos projetos de desenvolvimento local. Tal fato aumenta a busca do Serviço Social para se habilitar a participar desse espaço.

O Golpe de abril não provoca um rompimento do Serviço Social com o desenvolvimentismo; diferente disso, a ditadura aprofunda o relacionamento da ESS/PE com a SUDENE – agora expurgada dos seus quadros mais progressistas. Ao mesmo tempo em que se opera uma aproximação da unidade de ensino à Universidade do Recife (depois Universidade Federal de Pernambuco), num período de maior repressão e patrulhamento ideológico, estágios, condicionados por pelos ritmos das lutas de classes latino-americanas destaque a Revolução Cubana, no Nordeste brasileiro com movimentos camponeses, e a ascensão de governos reformistas em meados de 1950 e

articulação do Golpe em Abril. Em termos do Nordeste brasileiro, podemos verificar, até o momento, pelo menos três estágios do avanço da influência norte-americana, que se acirra na mesma medida em que avança a luta de classes:

I – Um primeiro estágio segue de finais da Segunda Guerra até a Revolução Cubana. Parece trata-se de um movimento em que o início da influência chega pela via realização de eventos e instalação de intercâmbios com o Estados Unidos. Veja-se, ainda, a abertura de um programa norte-americano de bolsa de estudantes para assistentes sociais brasileiros, visando o desenvolvimento técnico fornecido pelas agências Nações Unidas ao Nordeste. Uma expressão da tentativa estadunidense de ganhar influência no Serviço Social, nesse primeiro período, foi o desenvolvimento de um intercâmbio da ESS/PE com professores e profissionais estrangeiros (norte-americanos e europeus) na década de 1950, a partir dos termos do Acordo Ponto IV.

II – Um segundo estágio se desdobra da época da Revolução Cubana (ascensão das ligas camponesas e candidaturas de esquerda em Pernambuco, anos iniciais da *Superintendência do desenvolvimento do Nordeste-SUDENE*), até a deflagração do Golpe de Abril. Do ponto de vista do direcionamento político das ações de organização e desenvolvimento de comunidade, talvez tenhamos aqui uma fase de maior radicalização, com influência de vieses desenvolvimentistas nacionalistas e reformadores. Um exemplo é o vínculo da ESS/PE com o *Movimento de Cultura Popular de Pernambuco* (MCP), no início dos anos 1960. Em específico, o trabalho de uma aluna, Zaira Ary, orientada pela professora Dolores Cruz Coelho, na localidade Poço da Panela, durante a fundação do primeiro Centro de Cultura Popular do Recife em 1962 (Círculo de Cultura Dona Olegarina). Nesse momento, não apenas Paulo Freire era professor da ESS/PE, mas também outros fundadores do MCP (PADILHA, 2008, p. 230). Padilha (2008) afirma que as práticas dialógicas, inspiradas nas aulas e trabalhos de Paulo Freire, foram aplicadas, ademais, em projetos de desenvolvimento de comunidade nos bairros do Recife, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e outras cidades interioranas.

III – Um terceiro estágio se dá após a consolidação da dominação de classe que se instaura com o Golpe de 1964, com transformações modernizadoras

que a ditadura deflagra em concomitância com o crescimento econômico que está na sua base. Aqui se estreita a participação americana nos projetos de desenvolvimento, com a SUDENE tornando-se uma chancela para os projetos da USAID no Nordeste (PAGE, 1972, p. 266-268). Esse momento é marcado, em especial no final dos anos 1960, pela maior adesão da SUDENE, nas suas diretrizes, ao trabalho com comunidades, tentando engajá-las nos projetos de desenvolvimento local. Tal fato aumenta a busca do Serviço Social para se habilitar a participar desse espaço. O Golpe não provoca um rompimento do Serviço Social com o desenvolvimentismo; diferente disso, a ditadura aprofunda o relacionamento da ESS/PE com a SUDENE – agora expurgada dos seus quadros mais progressistas. Ao mesmo tempo em que se opera uma aproximação da unidade de ensino à Universidade do Recife (depois Universidade Federal de Pernambuco), num período de maior repressão e patrulhamento ideológico.

4. Profissionalização do Serviço Social

É durante os anos de aproximação e consolidação do DC no Serviço Social que ocorre a cumulativa conquista de reconhecimento legal da profissão pelo Estado, expressando o processo decisivo de profissionalização. Aqui considerados os marcos legais referentes à constituição de normas e agências para uma padronização e racionalização do ensino em nível nacional (Lei 8.889 de 13.05.1953 e o Decreto 35.311, de 02.04.1954) e ao reconhecimento do exercício profissional (Lei 3.252, de 27.08.1957, que confere monopólio do exercício aos portadores do diploma; e o Decreto Lei 994, de 15.05.1962, que regulamenta a Lei).

No que concerne ao número de Escolas de Serviço Social no Brasil, o reconhecimento legal da profissão, e a normatização da formação (ambos colocando a exigência do diploma para a legitimação do exercício profissional), impulsionaram uma multiplicação dos cursos, que avança na mesma medida em que vai se consolidando o *Desenvolvimento de Comunidade* como espaço e estratégia do Serviço Social. A demanda pela formação superior se desenvolve na medida em que a imposição do capitalismo monopolista vai vetando a possibilidade das formas tradicionais de sustento da pequena-burguesia (urbana e rural), levando-a a buscar nos cargos do aparelho do Estado a garantia de sua inserção econômica privilegiada.

Quanto à regulamentação do ensino, ela vai ocorrer na primeira metade da década de 1950, com a aprovação da Lei 8.889 (13.05.1953) e o Decreto 35.311 (02.04.1954), numa fase de abertura, após o fim do Estado Novo. Até essa regulamentação, a ABESS congregava apenas escolas católicas consideradas de bom nível cultural. *A ABESS, desde sua emergência, se apresenta como um instrumento para o avanço da influência norte americana no Serviço Social brasileiro.* Isso se mostra palpável nos eventos que impulsionaram sua criação em 1946. O fato contraditório é que era pelas próprias escolas de caráter religioso que se compôs a ABESS. E essas escolas empenhavam-se numa articulação e num movimento que resultaria numa perda da própria hegemonia católica ao longo do tempo. Isso explica o caráter ambíguo dos debates presentes nas convenções da ABESS (iniciadas a partir de 1951), onde, por exemplo: defende-se reiteradamente o caráter doutrinário e vocacional, mas, ao mesmo tempo, dedica-se um esforço para a profissionalização, junto com a padronização e racionalização da formação, com a criação do currículo mínimo; se trabalha para a adoção da disciplina de Organização Social de Comunidade no currículo mínimo, ao mesmo tempo em que se avalia a ausência de clima para aplicação desse método no Brasil (IV Convenção, 1954). Mas não é apenas nas iniciativas voltadas para a profissionalização e a padronização e racionalização da formação, que se expressa o papel da ABESS (ao lado de outros organismos, como o CBCISS) na consolidação da influência americana. Note-se, por outro lado, o trabalho formativo com o pessoal docente das Escolas.

5. Adensamento dos espaços ocupacionais e dos processos interventivos

É também durante esse período que ocorre o adensamento institucional-governamental dos espaços ocupacionais que demandam assistentes sociais, multiplicando o mercado de trabalho no aparelho estatal e, portanto, a demanda de profissionais. No caso de Pernambuco, ao lado do (ou articulado com o) crescimento e aperfeiçoamento dos espaços tradicionais de inserção do Serviço Social (hospitais, instituições psiquiátricas, colônias penais e dispensários, obras assistenciais, institutos de aposentadorias e pensões, juizados, SESC e SESI, etc.), emerge uma esfera nova de trabalho de intervenção de campo para a *organização e o desenvolvimento de comunidades.*

As inserções e práticas pioneiras do Serviço Social em Pernambuco correspondem à própria transição política em que está ambientada a primeira turma da Escola: ou seja, aquela caracterizada pela crise do Estado Novo e a emergência de um germe de modernização que se robustece com o capitalismo monopolista. Daí a primeira experiência de trabalho ser realizada no bojo de um movimento que já estava nos capítulos finais do declínio (no Movimento Circulista vinculado à Igreja) e o (provável) primeiro órgão que previu assistentes sociais em seus quadros ser o Juizado de Menores.

O primeiro trabalho sistematizado da prática do Serviço Social em Pernambuco refere-se à presença de uma estudante da escola no movimento dos Círculos Operários no Recife, aproximadamente entre 1944-1946. O primeiro espaço ocupacional do Serviço Social no aparelho estatal-governamental foi a Divisão de Assistência Social da Vara de Menores Abandonados e Delinquentes (Vara criada em 1936). O atendimento era apenas em nível individual, com o mero levantamento empírico dos casos para solução dos problemas da clientela, e envolvia visitas domiciliares, plantões, entrevistas, elaboração de relatórios. Apenas em finais de 1940, os trabalhos assumem um caráter mais técnico, e a profissão passa a ser incorporada a outras instituições – principalmente entidades de nível nacional que já contavam com a participação do Serviço Social na sua matriz, como a LBA, SESI, SESC, Institutos de Aposentadorias e Pensões (LYRA, 1985).

O novo terreno ocupacional, dado pelas abordagens de *organização e desenvolvimento de comunidade*, o qual se multiplica após os anos 1950, é criado:

- I) pela própria Igreja, que demanda assistentes sociais para os trabalhos de renovação paroquial através da mobilização das comunidades de seu entorno – acerca disso, pense-se nas iniciativas de trabalho realizadas por algumas paróquias (Madalena, Casa Amarela, Sítio Bevenuto), sob a influência da CNBB e da Operação Esperança;
- II) pelos órgãos de governos imbuídos nas políticas de desenvolvimento, com destaque para os convênios de projetos comunitários patrocinados pela SUDENE (como no Alto José Bonifácio), mas também em alguns

trabalhos desenvolvidos após a unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, em finais de 1967¹; e

- III) pelos convênios e assistência técnica implantados pelas agências internacionais vinculadas a política pan-americanista (como os acordos firmados pela USAID e o UNICEF). Tais organismos, que propiciam esse novo espaço de trabalho, não necessariamente operavam de modo autônomo. Existiam, em vários casos, articulações e frentes para trabalhos de organização e desenvolvimento das comunidades, muitas vezes com convênios entre todos esses – como é exemplo a ação ocorrida no início dos anos 1960, no Sítio Bevenuto, apoiada por convênio firmado entre SUDENE, USAID e CNBB-Brasil.

As próprias Escolas de Serviço Social do Nordeste tentam se projetar para a conquista dos espaços profissionais nos órgãos de desenvolvimento. No *I Encontro das Escolas de Serviço Social do Nordeste* (1963), a garantia da presença da SUDENE – na figura do seu Diretor do Departamento de Recursos Humanos, a convite de professores de Pernambuco – significava a busca pela legitimidade nessa esfera, visando, inclusive, meios de sustentação financeira das unidades de ensino. Nesse aspecto, foi tão frutífero o episódio, que o Diretor, inicialmente desacreditado na possibilidade do Serviço Social contribuir com o desenvolvimento regional, alterou sua visão, e iniciou-se um processo de inter-relacionamento das Escolas com a SUDENE. Daí a criação de um *Departamento de Ação Comunitária* no órgão, em 1965, com a participação de assistentes sociais (VIEIRA, 1992, p. 185-186)

É nesse contexto que se inscrevem as parcerias envolvendo, especificamente, a Escola de Serviço Social de Pernambuco: a partir de finais de 1950, ela começa a desenvolver convênios com a LBA e a SUDENE, realizando estágios em comunidades urbanas e rurais – convênios, inclusive, que subsidiavam financeiramente alguns setores da Escola. Não é ocasional, portanto, o crescimento de monografias – frequentemente escritas a partir das experiências de estágio das alunas – abordando trabalhos em comunidades e conjuntos residenciais nos finais de 1950, conforme mostra

¹ Existem alguns germes de trabalhos na esfera comunitária, por exemplo, no bojo do IAPC, quando o Serviço Social desenvolveu ações no Conjunto Residencial de Casa Amarela, de propriedade desse Instituto. Embora basicamente sustentadas no Serviço Social de Grupos, essas ações apontavam para a contribuição para o desenvolvimento do “espírito comunitário”. Após a unificação dos Institutos, em 1967, a linha comunitária era concretizada com a criação de *Centros de Orientação e Assistência para a Comunidade*.

Vieira (1992, p. 151), e a, praticamente, predominância do tema nos trabalhos de conclusão de curso nos anos 1960 (VIEIRA, 1992, p. 167). Isso indica a inserção do Serviço Social no âmbito do desenvolvimento de comunidade, sobretudo após o segundo lustro dessa década.

Os novos espaços e processos de intervenção foram instalando-se progressivamente, implantando-se e difundindo-se por etapas, que correspondem, tanto às complexidades do trabalho comunitário, quanto a cumulativa emergência de agências, projetos e apoios financeiros para a manutenção e aprofundamento dos trabalhos. Desse modo, percebemos, numa primeira aproximação, ao menos dois grandes estágios gerais, que se interpenetram num dado momento: os trabalhos preparativos de *organização de comunidades* – esses, iniciados em finais de 1940, nascem pelo protagonismo da própria Escola, através da criação do *Fichário Geral de Obras Sociais*, e, depois, desdobram-se na entrada em campo de assistentes sociais e estudantes para o diagnóstico, pesquisa, estudo e mapeamento das características e potenciais de determinadas comunidades, visando o posterior encaminhamento de projetos de desenvolvimento e reforço dos vínculos entre estas e o governo; após isso, aproximadamente na passagem para a segunda metade dos anos 1960, articulam-se esses esforços de organização de comunidade com os projetos de desenvolvimento de comunidade – implantação de assistência a grupos produtivos, instalação de equipamentos sociais, formação de lideranças e institucionalização de organizações de moradores, frentes de trabalho comunitário, etc.

Nessas intervenções, a busca de utilização das técnicas e métodos próprios do DC encontra-se articulada à recorrência às abordagens do Serviço Social de Casos e de Grupos. Mais precisamente, o Serviço Social de Casos e de Grupos passa a figurar, cada vez mais, como estratégias subsidiárias ao trabalho de organização e desenvolvimento de comunidade. O avanço progressivo da intervenção comunitária durante os anos (dos trabalhos de *organização* para aqueles próprios do *desenvolvimento de comunidade*) ocorreu na evolução, de meados de 1950 em diante, das ações concentradas em alguns territórios pobres do Recife e de municípios próximos: a partir de meados de 1950, até a entrada da década de 1970, o bairro de Casa Amarela e o município de Camaragibe receberam muitas ações; entre finais de 1950 e início de 1960, vê-se intervenções mais pontuais em Fernando de Noronha, nos municípios de Bom Conselho e Jaboatão dos Guararapes, e nos bairros de Dois Unidos e Madalena; na primeira metade de 1960, ocorrem ações nas comunidades

Coelhos/Coque, Cajueiro Seco e Vila São Bento (Olinda); na segunda metade de 1960, observam-se muitas iniciativas no Sítio Bevenuto e Ponte dos Carvalhos (Cabo de Santo Agostinho); e em finais de 1960, algo mais pontual se verifica no bairro de Santo Amaro e no município de Caruaru.

Notamos, ao longo dos anos, o evoluir das intervenções de cunho comunitário nessas localidades. Concomitantemente, existe uma maior diversificação de atribuições e modalidades de intervenção do Serviço Social: ao lado das metodologias e instrumentos tradicionais (entrevista individual, diagnóstico e tratamento de “desajustamentos individuais”, atendimentos para repasses de benefícios assistenciais) proliferam-se os trabalhos com pesquisa e estudo das comunidades, coordenação de administração de projetos de desenvolvimento, ações de formação de capacitação de lideranças, assistência para institucionalização de associações, fomento de grupos para a realização trabalhos comunitários e a participação.

6. Considerações finais

O texto identifica os principais vetores de transformações pelas quais passam o Serviço Social na assimilação do Desenvolvimento de Comunidade em Pernambuco entre 1940-1970: a erosão da influência católica; a afirmação da hegemonia norte-americana; a profissionalização; e o adensamento dos espaços ocupacionais e dos processos interventivos. A pesquisa sobre a particularidade de Pernambuco mostra esses novos vetores de legitimação prática e validação teórica em estado nascente, como um processo em desenvolvimento e seus respectivos condicionamentos histórico-sociais. A partir dessas primeiras aproximações, avaliamos que se faz necessário aprofundar as mediações econômicas, políticas e ideológicas da assimilação do DC no Serviço Social em Pernambuco, através das práticas profissionais registradas nas monografias das décadas de 1940-1970. Por elas, a pesquisa visa dar continuidade à análise sobre os segmentos de classe atingidos pelo exercício profissional, suas condições e demandas sociais. Também os registros das monografias subsidiam a coleta de informações sobre as instituições e forças políticas que mobilizavam e apoiavam a atuação do Serviço Social, são úteis no rastreamento dos fundamentos teórico-metodológicos das projeções profissionais e dos perfis político-pedagógica elas vinculados, além de indicarem os instrumentos e metodologias acionados na intervenção. Assim, a pesquisa nos fornece subsídios para a reconstrução

histórica do Serviço Social, considerando suas determinações universais, mas, igualmente, suas particularidades concretas.

Referências

ABREU, M. M. **Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDES, D. **Relatório Final do Projeto Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco**. 2006. (mimeo).

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, V. D. de M. M. **A Escola de Serviço Social de Pernambuco – 1940/1945 Políticas de ação e ações políticas**. Recife, 1987. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PADILHA, H. M B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX**. Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PAGE, J. A. **A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil 1955-1964**. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

SOUZA, Z. M. de. **Uma experiência na criação de um Fichário de Obras Sociais**. Recife, 1953. 68 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1953.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cadernos de Serviço Social** (Mestrado em Serviço Social), nº 3, junho 1985.

VIEIRA, A. C. de S. **Ensino do Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o Estado**. São Paulo, 1992. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, Cortez, 1993.

